

Revista de Economia da PUC – Como podemos explicar a atual crise do capitalismo? Por que os sofisticados mecanismos macroeconômicos de que hoje dispomos não puderam evitar o desastre? No chão da economia real, para além da bolha especulativa, o que explica essa crise?

Bresser-Perereira – O sistema capitalista é intrinsecamente instável. Isso é uma coisa de conhecimento antigo. Muitos economistas já escreveram sobre o caráter cíclico e instável do capitalismo. Talvez o livro mais brilhante sobre esse assunto seja o de Kindleberger, de 1978, que se chama *Manias, Pânicos e Crises*. Mas esse livro brilhante, de um grande historiador econômico que sabe pensar, coisa rara entre os economistas... (risos), está um pouco fora de época porque o *mainstream* econômico não tem nenhum espaço para pensar a crise. Ou melhor, tem espaço para a crise a partir de choques exógenos. Em vez de pensar na crise como um processo cíclico endógeno, os economistas do *mainstream* creem que os mercados são perfeitos e eficientes e, nessa medida, não há espaço para a crise, a não ser que haja algum erro de política, alguma coisa muito grave que intervenha e atrapalhe o maravilhoso mercado. Mas, de fato, existe uma dinâmica cíclica que vem sendo estudada desde o século XIX mostrando que as economias passam por um processo de expansão que faz com que entrem no que Kindleberger chama de mania. O elemento fundamental dessa euforia é um processo de profecias autorrealizadas, em que o preço dos ativos, seja o preço das ações, seja dos imóveis, vai crescendo... E como se prevê que ele cresce, os preços se reatualizam e, então, se compra mais e assim por diante. Isso são profecias autorrealizáveis. Ou então, o que George Soros chama de reflexividade.

Essa crise atual é também uma crise causada dessa forma. Ela implica um aumento muito grande do crédito e, portanto, o grande aumento

Entrevista realizada na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP), no dia 04 de junho de 2009. Participaram como entrevistadores Antonio Corrêa de Lacerda, Gabriel Rossini, Maria Aparecida de Paula Rago e Rosa Maria Vieira.

do débito, ou seja, o endividamento das famílias, das empresas e dos bancos. Para se aumentar o débito, tem que aumentar o crédito, para se aumentar o crédito, tem que aumentar o débito. A quantidade de moeda em circulação aumenta fortemente, o que mostra o seu caráter endógeno. Até que, num certo momento inevitável e que ninguém sabe exatamente quando, alguma coisa não muito importante faz com que, de repente, os investidores que estão especulando com dinheiro emprestado sejam obrigados a parar de se endividar. E quando o fazem, os credores que estavam emprestando a belos juros também percebem que estava ficando muito perigoso. De repente, inverte-se todo o processo e vem a crise.

Isso é a crise do ponto de vista financeiro, que tem reflexos no setor real, porque na fase de expansão aumentam os investimentos e o consumo. Vem daí toda a antiga discussão sobre se as crises no plano real são de subconsumo ou de sobreinvestimento. Eu acho que essa discussão não tem muita razão de ser porque, afinal, o elemento financeiro acaba sendo preponderante. De qualquer forma, existe uma coisa curiosa no plano real da economia: é o que se faz através de um crescimento dos salários acompanhando o aumento da produtividade ou acompanhando mais amplamente o aumento da renda *per capita*, de forma que, permanentemente, vai se criando demanda para a própria oferta. Crescem os salários, crescem os lucros, os lucros são reinvestidos, os salários são consumidos, o que não é um problema grave se as duas coisas crescerem conjuntamente. Entretanto, acontece que, muito frequentemente, os salários não crescem com o aumento da produtividade. Foi o que aconteceu nos Estados Unidos nesses últimos 30 anos, por exemplo, em que os salários praticamente estagnaram. E, no entanto, manteve-se a demanda. Qual foi a mágica? Eles endividaram as famílias. Assim, em vez de criar demanda de consumo por aumento de salário, eles aumentaram o consumo por meio do endividamento. É claro que isso fragilizou ainda mais a economia americana e a explosão foi grave. Essa é, digamos, a causa geral.

O capitalismo é cíclico e Keynes, especialmente, sabia muito bem disso, tanto que desenvolveu uma teoria e uma proposta de política que visava, não digo acabar com o ciclo, mas pelo menos amainá-lo, reduzir fortemente as suas flutuações. E não foi só Keynes, pois mesmo antes dele já havia um movimento no sentido de criar, de um lado, uma série de instituições e, de outro lado, uma série de políticas que reduzissem as flutuações cíclicas. As instituições mais importantes foram os bancos centrais. Depois da grande depressão

dos anos 30, surgiu o processo de regulação do sistema econômico, especialmente, do sistema financeiro. Logo depois, Bretton Woods fez a regulação a nível global. Qual foi o resultado desse processo? Foi a grande redução das crises e o período do chamado “capitalismo glorioso” de 1945 a 1975.

Acontece que nos anos 70 houve certa crise, uma desaceleração do crescimento e uma queda na taxa de lucros nos Estados Unidos. Além disso, houve o aumento da pressão dos sindicatos que estavam muito fortes no final dos anos 60, a crise do petróleo e o aumento do preço das *commodities*. Tudo isso criou um clima reativo, de desaceleração econômica, acompanhado por uma inflação relativamente elevada (de 10% a 12% ao ano) sem crescimento. Tudo isso abriu espaço para o neoliberalismo e para a sua metaideologia, a teoria econômica neoclássica, a teoria microeconômica neoclássica, do equilíbrio geral, não a do Marshall, mas do Friedman que é muito mais perfeita, acima de qualquer suspeita. (Risos.) Vamos ter, então, a partir dos anos 80, com Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, a hegemonia neoliberal em todo mundo capitalista comandada pelo governo americano, independentemente de qual fosse o partido no poder, republicano ou conservador. Vamos ver então o *mainstream* econômico se tornar a economia neoclássica, que eu chamo de metaideologia.

RE PUC – Pode nos explicar melhor essa ideia, professor?

BP – Primeiro, eu acho importante entender o que é esse neoliberalismo, que para mim é a causa específica da crise que estamos vivendo. O neoliberalismo pode ser definido simplesmente como um liberalismo econômico radical ou, também, como o fundamentalismo de mercado. Mas essas definições não são boas, são incompletas. Eu tenho uma definição que me parece muito melhor, porque é uma definição histórica e porque eu tenho o maior respeito pelo liberalismo. Os marxistas (eu não sou marxista, eu digo que sou keynesiano, mas também não sou keynesiano; não sou estruturalista, sendo estruturalista... sou um pouco de cada uma dessas coisas) criticam o liberalismo quase como se criticassem o neoliberalismo. Eu não faço isso. Para mim, o liberalismo é uma ideologia muito importante, é a ideologia da liberdade política e da liberdade econômica e as duas, desde que razoáveis, são muito importantes. Já o neoliberalismo é uma ideologia profundamente radical, reacionária, uma concepção contra a história. O liberalismo foi uma ideologia revolucionária no século XVIII. Então, qual é a minha definição histórica? É a

seguinte: enquanto o liberalismo foi uma ideologia surgida no século XVIII, a partir das classes médias burguesas que divergiam da oligarquia de senhores de terra e militares e se colocavam contra o Estado autocrático, o neoliberalismo é a ideologia surgida no último quartel do século XX, a partir dos ricos contra os pobres e os trabalhadores, contra o Estado democrático e social.

REPUC – Quem são esses ricos a que o senhor se refere?

BP – Os ricos são os capitalistas de modo geral, é a classe média alta, profissional. São os capitalistas-rentistas, os capitalistas-empresários e muito professor universitário. (Risos.) Os intelectuais orgânicos do velho Gramsci. Essa é uma ideologia realmente terrível. E ela teve como metaideologia a teoria econômica neoclássica. Esta nos diz que os mercados são autorregulados, que o sistema macroeconômico é autorregulado, que os mercados financeiros, também, são autorregulados de forma que não deve haver nenhuma intervenção. É metaideologia porque dá à ideologia neoliberal um ar científico-matemático, de alta matemática. A legitimação da ideologia neoliberal foi dada pela Teoria Econômica Neoclássica.

Como essas duas ideologias foram efetivas no âmbito da ação? Como é que provocaram a crise? Foram efetivas porque elas desregulamentaram todo o sistema. Margareth Thatcher, em 1986, transformou as Ilhas Britânicas num paraíso fiscal. Os norte-americanos foram atrás nessa desregulamentação geral. Aí veio o desastre, toda a especulação, que resultou nas *subprimes*, nas securitizações, com falcatruas no meio. O capitalismo não regulado não é eficiente e, além disso, é profundamente imoral. O Greenspan fez o famoso *mea culpa* na TV que foi, no entanto, somente no plano microeconômico. Ele não o fez na política macroeconômica porque, a meu ver, ela era correta. Ele foi um grande presidente do Banco Central americano do ponto de vista de política macroeconômica.

REPUC – A que aspectos de política macroeconomia o senhor se refere?

BP – Os americanos, como os europeus e como qualquer pessoa com um mínimo de racionalidade, não usam a teoria macroeconômica neoclássica. Eles usaram a microeconômica para desregular. A política macroeconômica que eles usam é uma política pragmática fundamentalmente keynesiana, com ajustamentos. Como é isso? É muito simples: os bancos centrais não usam a política macroeconômica do Robert Lucas porque ela não existe. Pois,

à medida que ele pressupõe que os mercados são perfeitos, não há nenhuma política macroeconômica a ser posta em prática. Nessa linha de raciocínio, o banco central também deveria ser fechado. Ele não é necessário. Basta que se tenha grandes bancos e que criem moeda e que, automaticamente, controlem as empresas e os bancos menores, através do mercado.

É claro, ninguém usa isso. Os bancos centrais não usam a teoria econômica neoclássica em hipótese alguma. Há um artigo de autoria do Gregory Mankiw, publicado no *Journal of Economic Perspectives*, da American Economic Association. Trata-se de um economista macroeconômico de Harvard, conhecido pelos seus livros-texto, que se autodenomina neokeynesiano, mas que, na realidade, é um neoclássico. Nada tem de keynesiano. Pois bem, o Mankiw escreveu esse artigo, que se chama algo que podemos traduzir como “Cientistas Engenheiros na Teoria Econômica”. E eu chamo de confissão do fracasso da teoria econômica neoclássica. Por quê? Porque o artigo, muito sumariamente, diz mais ou menos o seguinte: “estive dois anos em Washington” – porque ele foi durante dois anos Presidente do Conselho de Assessores Econômicos do presidente George Bush – “e, para surpresa minha, verifiquei que lá ninguém usa as teorias macroeconômicas que nós ensinamos. Ninguém usa a alta ciência que nós desenvolvemos na academia. O que eles usam é uma espécie de engenharia, um conjunto de regras simples, de regras de bolso, mas que parece que funcionam”. E o chefe desses engenheiros é um senhor chamado John Maynard Keynes. Aí ele passa o resto do artigo fazendo um apelo para que cientistas que usam essa alta matemática e esse pensamento neoclássico realmente científico, hipotético-dedutivo (ele não diz isso, hipotético-dedutivo) se associem aos engenheiros... Mas, isso já é confissão de que eles não usam. É possível, então, compreender-se por que o problema foi desregulação.

Eu não posso dizer que o capitalismo está fadado inevitavelmente à crise e à explosão. Isso não é verdade. O capitalismo é um fenômeno histórico associado ao seu respectivo Estado. Estado para mim não é apenas uma organização que tem o poder de legislar e tributar, ou que tem o monopólio da violência legítima. É antes disso, o sistema constitucional legal e a organização que garante o sistema constitucional legal e que, portanto, tem o poder de legislar e tributar. Ora, se é isso, o Estado está regulando o capitalismo o tempo todo. O capitalismo é o jogo da concorrência, das empresas, da competição, etc.

Há uma outra pergunta: qual é a coalizão política que está por trás do neoliberalismo. A quem interessa o neoliberalismo? O capitalismo não

precisa do neoliberalismo. O capitalismo precisa é do liberalismo. Não há capitalismo sem liberalismo. Eu acho que o capitalismo hoje é um pouco liberal, um pouco socialista, um pouco ambientalista e um pouco nacionalista. Porque todos nós aqui somos um pouco de cada uma dessas quatro coisas. O capitalismo precisa da garantia das liberdades – econômica e de negociação –, da propriedade privada dos meios de produção, senão não há capitalismo. Mas do neoliberalismo, ele não precisa. O grande momento do capitalismo foram os Gloriosos 30 Anos, quando houve crescimento econômico rápido, poucas crises econômicas e uma razoável distribuição de renda nos países ricos. Nos últimos 30 anos neoliberais, a taxa de crescimento baixou substancialmente, as crises financeiras foram muito mais frequentes em todo mundo, inclusive nos Estados Unidos, houve uma concentração de renda brutal em todos esses países.

REPUC – Por que a desregulamentação foi posta em prática?

BP – Isso faz parte, se você quiser, da luta de classes. Mas o capitalismo podia perfeitamente sobreviver sem essa radicalização política que adotou. Essa radicalização interessa a um grupo específico. Nós temos que pensar que, numa sociedade capitalista, existe a classe dos capitalistas ativos, os empresários; a classe dos inativos ou os rentistas que, na linguagem moderna, vivem de juros e aluguéis e dividendos; a tecnoburocracia ou a classe média profissional, que é imensa e que embaralhou o problema de classes no mundo e, por fim, a classe trabalhadora. Ora, o neoliberalismo interessa fundamentalmente aos rentistas. E na classe profissional ou tecnoburocrática, interessa a um grupo relativamente pequeno de jovens financistas, os *golden boys* das finanças, formados nos *MBA*s americanos e europeus ou, então, *PhDs* americanos e europeus.

Quando sobra capital, a taxa de juros baixa, fica pequena. Nos Estados Unidos e na Europa, a taxa de juros foi lá para baixo, o que é muito “desagradável” para um rentista. De repente apareceram os profissionais das finanças que inventaram as inovações financeiras. Com essas inovações, num mercado desregulado, eles conseguiram que a taxa de juros dos títulos do tesouro americano, que em termos reais era 2%, 3% subisse para 8%, 10%, usando essas inovações financeiras. Maravilha! Multiplicaram-se os rendimentos dos rentistas e dos financistas. O neoliberalismo interessou muito a esses dois grupos. O que explica, inclusive, que a concentração de renda tenha acontecido não nos 10% mais ricos, mas somente nos 1% a 2% mais ricos.

O neoliberalismo é uma coisa reacionária, muito perversa e desastrosa. Nos anos 90, no auge dessa concepção, Thomas Friedman chegou a afirmar que o modelo americano era o *golden straight jacket*, uma camisa de força dourada, que todos os demais países do mundo teriam que usar. É muita arrogância! E os críticos dessa concepção foram taxados de atrasados, populistas e de outras coisas do tipo...

REPUC – Com relação a uma possível nova organização internacional, quais as possibilidades de os Estados Unidos se manterem como centro hegemônico? Outra questão diz respeito à China, a grande parceira, a grande compradora dos títulos do tesouro americano. O que pode acontecer se não for mantida a íntima relação entre China e Estados Unidos? Nós nos encaminhamos para uma nova ordem mundial? Em caso afirmativo, o dólar pode se manter como moeda mundial?

BP – Vou responder a essas perguntas começando primeiro com o que possivelmente vai acontecer com o capitalismo. Quando Marx pensou em capitalismo, e ninguém pensou melhor do que ele, pensou como o modo de produção, a forma de produção quase natural que estava surgindo com vigor e força no século XVIII, com a Revolução Industrial. Marx escrevia observando um capitalismo muito pouco regulado. Por isso, eu digo, quase natural. Eram as forças vivas das relações de produção e das forças produtivas que estavam ali gerando o novo e destruindo a ordem jurídica, o sistema aristocrático do Antigo Regime. Agora, passados 150 anos do *Manifesto Comunista*, o capitalismo mudou muito. Não se pode mais pensar o capitalismo em termos naturais. Tem-se que pensar o capitalismo como um sistema econômico integrado ao seu Estado, que é um Estado altamente regulador.

É por isso que se pode falar em modelos de capitalismo, porque há capitalisms que são mais ou menos regulados e que, nesse processo de regulação, o poder dos trabalhadores ou dos pobres é maior ou menor. Para mim, existem dois modelos (sem contar o japonês): os países desenvolvidos que têm o modelo de capitalismo americano, que a Austrália e a Nova Zelândia seguiram, até um certo ponto, e o modelo europeu, da França e da Alemanha e dos países do norte. Qual é a diferença fundamental entre esses dois modelos? Fundamentalmente, é o fato de que os trabalhadores são muito mais fortes no modelo europeu continental. O movimento socialista e os partidos social-democratas foram muito mais fortes nesses países e, portanto, conseguiram construir ou mudar constituições, fazer leis que os favoreceram, aumentar a

carga tributária para permitir um consumo social elevado, para garantir saúde universal para todos. Ou seja, uma série de direitos que os Estados Unidos não têm. Por que isso aconteceu? É difícil saber... Eu sempre expliquei que isso aconteceu porque o movimento socialista e o movimento sindical, que são duas coisas diferentes, porém correlacionadas, foram muito mais fortes na Europa do que nos Estados Unidos, porque o êxito do capital americano foi fulminante. No entanto, há um ou dois anos atrás, perguntei a meu amigo Adam Przeworski por que isso acontece. Para ele, o motivo foi outro: nos Estados Unidos, em 1919/1920, foram colocados 100 mil socialistas em campo de concentração. Eu nunca verifiquei esse dado, mas Przeworski é um homem muito sério, não brinca com números. Deve ter sido isso mesmo. Ou seja, a repressão feita ao socialismo, nos Estados Unidos, foi violentíssima e eles estão pagando por isso agora.

A reação representada pelo New Deal foi muito corajosa. Foi necessária muita audácia de Franklin Delano Roosevelt para enfrentar a depressão e corrigir um pouco a distorção social. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, a decadência social americana foi profunda. O índice Gini nos Estados Unidos que, em 1950 era 28, agora, praticamente, dobrou. Isso é uma loucura! Nós sabemos que quanto mais desenvolvido o país, mais igual ele tende a ser. Isso é verdade para os países europeus e para o Japão, mas os Estados Unidos saem completamente fora dessa regra. Nessa medida, é possível entender que um país como esse pode ser o centro do neoliberalismo e, depois, dessa grande crise. Crise que, aliás, não vai ser tão violenta quanto a Depressão dos anos 30, só por um motivo: porque agora estão aplicando as medidas keynesianas, tanto de aumento da oferta de moeda quanto de expansão fiscal. É o que o Obama está fazendo e que o próprio Bush começou a fazer... Mas a crise, de qualquer forma, é muito grave.

REPUC – E a crise econômica, especificamente, do lado americano?

BP – O fato concreto é que o país que mais vai sofrer com essa crise e que cobrará um preço mais alto das gerações futuras, em termos de dívida pública, são os Estados Unidos. Eles não tinham outra alternativa para enfrentar a crise senão fazendo um déficit fiscal enorme, mas isso vai custar caro. Lembro-me que escrevi um artigo na *Folha de SP*, há uns 4 anos, dizendo que o modelo europeu era muito melhor que o americano. Vi várias manifestações de surpresa. Hoje, porém, a surpresa desapareceu. Ainda que a Europa esteja

sofrendo bastante, com a crise, sua reação é menor. E a reação da Europa é menor no plano fiscal – ela vai dando ênfase ao plano regulatório, mas isso é mais demorado. No plano macroeconômico, a reação, tanto fiscal quanto monetária, é mais tímida porque os Estados europeus não têm um banco central. A Europa tem um banco central, mas a Alemanha, a França e os demais países não têm, porque cederam para o Banco Europeu e isso lhes tirou a autonomia.

Os EUA podem aumentar brutalmente a quantidade de moeda porque o governo e o Banco Central estão fazendo isso de modo associados.... Já os europeus têm dificuldade quanto a isso, pois estão sem o instrumento. A construção da Europa unificada foi uma engenharia política e econômica extraordinária, mas, nesse processo de transição, eles criaram um Banco Central sem ter criado um Estado único, por isso estão com problema.

É evidente que os Estados Unidos vão perder muita influência. Todo mundo só fala no aumento da influência da China, porque ela está sofrendo bem menos com a crise. E isso porque tem o capitalismo mais regulado, diria até excessivamente regulado, o que é compreensível para o seu estágio de desenvolvimento. A China era um país estatista (não socialista) que passou a ser capitalista. Trata-se de uma potência que tem uma história de império, de atraso, de grande autonomia nacional e de uma estratégia de desenvolvimento muito forte e muito clara. A China foi um grande país até o século XVIII que, no entanto, ficou para trás com a Revolução Industrial. Nesse período, a Inglaterra e os demais países capitalistas tornaram-se mais poderosos e imperialistas e submeteram a China. Um país que tinha sido durante mais de dois mil anos a nação mais poderosa e rica do mundo, de repente, tornou-se uma semicolônia das potências europeias e dos Estados Unidos. Mas, em 1949, Mao Tse-Tung fez a revolução nacional e industrial chinesa e, depois, Deng Xiaoping liberalizou e completou essa revolução. Com o fim do estatismo, passou a se formar uma sociedade civil, uma estranha sociedade civil, que se expressa dentro do partido Comunista. Um partido com 60 milhões de membros ... (risos), que constituem a elite da China e do qual faz parte uma grande quantidade de empresários. Nessa sociedade civil há um intenso debate que, no entanto, não atinge o poder do partido comunista. Ele está fora de discussão! Dentro desse quadro é evidente que o mundo está ante um novo desenvolvimentismo que engloba, além da China, também a Índia, a Coreia e todos os tigres asiáticos. O centro do mundo está se deslocando para a Ásia que possui uma população muito maior do que a que existe no Ocidente...

REPUC – Mas há uma contradição nisso, pois a segunda moeda mundial é o euro. Existe, então, um desequilíbrio no peso econômico, pois a Ásia não tem uma moeda...

BP – Toda a lógica do desenvolvimento chinês está baseada no controle muito seguro da taxa de câmbio. No meu entendimento, a China tem a “doença holandesa”, derivada da mão-de-obra muito barata, somada a uma condição adicional que é o leque salarial muito maior do que o dos países ricos. Lá o salário de um engenheiro deve ser 10 a 12 vezes maior do que o salário de um peão, enquanto que na Europa essa proporção é 4 ou 5 vezes. Se eles não administrarem a sua taxa de câmbio ela será definida pelos salários mais baixos, que produzem bens de consumo simples, de menor valor agregado, o que inviabilizaria as indústrias mais sofisticadas que utilizam mão-de-obra qualificada. É por isso que a China controla ferozmente a sua taxa de câmbio, conseguindo um superávit em conta-corrente. Ela não pode e nem tem interesse em competir com o dólar.

REPUC – Há a questão da associação entre a China e os EUA...

RMV – Sim, ela existe e vai continuar, não tenho nenhuma dúvida... No meu entender, há um enorme equívoco quanto à compreensão das relações internacionais. Estamos acostumados a pensar essas relações em termos da “teoria realista”, em que as relações internacionais entre potências soberanas se baseiam no equilíbrio de poderes e na diplomacia porque todas as potências estariam ameaçando umas às outras com guerras, necessitando, portanto, de estabelecer coalizões. Além disso, essas potências precisariam de colônias ou semicolônias para se assegurarem de fontes de suprimento de matérias-primas. Essa era a concepção das relações internacionais do fim do século XIX e começo do século XX. Continuar adotando essa visão, no início do século XXI é patético. Hoje, os grandes países não se ameaçam mais com guerras. Tudo isso fazia sentido no século XIX, porque as fronteiras estavam ainda sendo definidas. Hoje elas já estão definidas e os acordos internacionais são muito claros. A única fronteira importante que ainda não está bem delimitada é a do Cashmere, entre o Paquistão e a Índia. Isso dá uma guerra, mas não uma guerra muito grave. Fora isso, só guerras locais, como no Iraque, no Sudão...

No século XX, houve a globalização e, antes dela, a descolonização que não aconteceu por acaso, pois manter uma colônia havia se tornado antieconômico. Além disso, desenvolveu-se a democracia. No século XIX,

os Estados liberais eram autoritários, não tinham o sufrágio universal. Hoje, grande parte do mundo é democrática. Todos os países ricos e de renda média são democráticos. Os mercados se abriram, a globalização tornou-se uma coisa real. A ideia de que a Venezuela não vá vender petróleo para os Estados Unidos não pode passar pela cabeça de ninguém, de nenhum venezuelano, americano ou brasileiro. Aliás, nem do Chávez, que fala mal e briga politicamente com os Estados Unidos mas sabe que negócios são negócios.

A globalização mudou as ideias de relações internacionais e de segurança nacional. Houve, finalmente, a formação de um sistema político mundial. Foi no século XX que criamos a Organização das Nações Unidas que, por mais fraca que seja, é uma realidade concreta. Existe um sistema político que impede que se pense nos termos geopolíticos do século XIX. No entanto, os Estados Unidos não perceberam isso. Acho ocioso criticar os Estados Unidos porque não são democráticos nas relações internacionais, porque não respeitam direitos humanos ou porque são imperialistas. A crítica fundamental a ser feita é a de que eles estão jogando contra si mesmos. Toda sua argumentação gira em torno da segurança nacional do país. Eles estão gastando bilhões, atacando pessoas e policiando o mundo inteiro à toa.

REPUC – O que o Obama representa nesse momento?

BP – Representa uma grande inflexão, a grande esperança dos Estados Unidos. Mas não é fácil mexer na ordem americana. As ‘constituencies’ como eles dizem, as bases sociais da política tradicional são muito fortes. Os interesses na manutenção de uma política de segurança atende à ideia da ‘urbis’ americana. Além dos interesses militares há, também, a ideia dos EUA serem um país que tem uma vocação evangélica em relação ao mundo. Uma coisa curiosa é que os chineses não têm nenhuma concepção desse tipo. Parece não fazer parte da lógica chinesa evangelizar o mundo com o confucionismo.

REPUC – Não existe a ideia de um destino manifesto entre os chineses...

*BP – A hegemonia americana diminuiu enormemente e vai continuar diminuindo... Mas os acordos entre os Estados Unidos e China vão continuar. O problema dos chineses é que os Estados Unidos não podem mais ter *déficits* comerciais tão grandes. Eles terão que valorizar um pouco a sua moeda para chegar a um acordo e isso vai gerar algumas dificuldades, tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa. O fato concreto é que no capitalismo, à medida*

que os países em desenvolvimento fazem a sua revolução capitalista, supõe-se que eles façam, em seguida, o *'catch up'*. Mas enquanto isso não acontecer, vai haver, necessariamente, um desequilíbrio. Países como o Brasil, a China, a Índia têm uma vantagem muito grande: a mão-de-obra barata. É por isso que os EUA tentam nos neutralizar de todo modo. É por isso que nos vendem a ortodoxia convencional, o Consenso de Washington, para neutralizar a nossa capacidade competitiva e para que aceitemos uma taxa de câmbio valorizada.

REPUC – Como o senhor imagina a ordem mundial no novo contexto?

BP – Logo depois do 11 de setembro, eu escrevi um *paper* sobre relações internacionais, “*Depois da diplomacia do equilíbrio de poderes, a política da globalização*”. Nele eu dizia que com a globalização a ameaça de guerras entre grandes potências desapareceu, mas que a competição econômica se tornou muito grande, muito maior do que antes, porque todos os mercados se abriram e a competição se tornou geral. Cada país compete com o mundo inteiro. Quando há competição, tem que haver regulamentação e para isso tem que existir política. A política se faz nas Nações Unidas e na OMC, fundamentalmente nesses dois fóruns. É por isso que há um número incrível de reuniões internacionais onde estão presentes chefes de Estados, diplomatas, técnicos, especialistas. Estão fazendo política para integrar esse mundo; estão partindo da ideia básica de que toda competição regular exige cooperação, que pressupõe a criação das regras políticas. Acho que isso vai aumentar cada vez mais e a crise vai acelerar esse processo. Uma das legitimações do poder americano, de sua hegemonia, era a de que o mundo precisava de uma potência como os Estados Unidos para garantir a ordem. O que o mundo precisa agora é de um sistema que garanta a ordem. Esse sistema é as Nações Unidas, é o acordo das nações. Isso é que garante que a ordem vai ser aumentada. Nós vamos ter um sistema político mundial cada vez mais forte.

REPUC – E o dólar? Continuará como a moeda internacional?

BP – Ninguém sabe... Acho que continuará, mas é difícil prever o que vai acontecer. A ideia de se ter uma nova moeda internacional é interessante, mas não se cria uma “moeda internacional” se não houver um Estado por trás. Um exemplo: na hora da crise, o dólar se valorizou. Por quê? Ele

tinha atrás de si o Estado americano que não quebra. O motivo foi fundamentalmente político e não econômico. Se fosse pelo fator econômico, o dólar não teria tido essa valorização no momento da crise.

REPUC – No seu entender, em que aspectos a crise atual se aproxima e se distancia da Crise de 29?

BP – Há duas diferenças fundamentais. Em termos de causa, a Crise de 29 não foi provocada por uma desregulação. Ela foi causada por uma falta de regulação. Essa é a primeira diferença. A segunda diferença é que a administração da crise atual está sendo feita com muito mais presteza e competência do que foi feita em 1929. Existem indicações de que, se não fosse isso, a crise atual seria mais grave. Caso os governos tivessem reagido em 2008 como reagiram em 1929, a crise seria muito pior do que a de 1929.

REPUC – O senhor acha, então, que todo esse arsenal que está sendo posto em movimento é suficiente para colocar as coisas nos eixos?

BP – É significativo para encurtar a duração da crise e diminuir a sua profundidade .

REPUC – O sistema será recolocado nos trilhos?

BP – Depois de algum tempo... Não é uma coisa fácil. Quanto tempo levará? Ninguém sabe. A coisa fundamental que a gente tem que aprender com essa crise é que a teoria econômica que temos pode ser maravilhosa, desde que ela seja modesta. É muito limitado aquilo que podemos prever e no que é possível intervir porque o que está por baixo é um sistema aberto, cheio de imprevistos.

REPUC – Em sua opinião, que rosto terá o capitalismo a partir de agora?

BP – A minha expectativa é que esse capitalismo seja o dos moldes europeus e que os Estados Unidos também venham a ter um Estado Social. É uma oportunidade para que o grande atraso dos americanos na área social possa ser corrigido. A crise abriu espaço para isso. A eleição do Obama já foi significativa nesse sentido.

REPUC – Passemos agora para a América Latina e o Brasil. Quais as perspectivas para a periferia latino-americana no contexto da crise e após a passagem do turbilhão neoliberal?

BP – O fracasso do neoliberalismo logo foi compreendido na América Latina, abrindo espaço para que se recuperasse a capacidade de formular estratégias nacionais de desenvolvimento. Na globalização, os países se tornaram muito mais interdependentes, perderam um pouco de autonomia. Mas qual foi o motivo dessa interdependência? Foi a competição entre os países que se ampliou, de forma que os Estados-nação se tornaram muito mais estratégicos. Ao contrário do que diz a ideologia neoliberal e globalista, estamos vendo que a competição não se dá apenas entre empresas, mas entre os Estados nacionais. Isso foi fortalecido pelas democracias, porque os eleitores cobram dos seus governantes que eles sejam bem-sucedidos nessa competição para a qual é necessária uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Sinteticamente, entre 1930 e 1980, a América Latina e, em particular, o Brasil, cresceram extraordinariamente, adotando uma estratégia que eu chamo de nacional-desenvolvimento. Ela foi basicamente formulada nos anos 30, sob a liderança de Getúlio Vargas. Sofreu alterações, foi retomada pelos militares e só terminou nos anos 80, com a crise da dívida externa. A partir dos anos 90, toda a América Latina se subordinou inteiramente ao Consenso de Washington, ao neoliberalismo, à ortodoxia convencional. Mas, no final dessa década já se percebia que aquilo era um desastre. A primeira crise foi a do México, em 1994, a segunda foi a do Brasil, em 1998, a terceira foi a da Argentina, em 2001.

Acho que estão começando a surgir condições para uma nova estratégia de nacional-desenvolvimento, que eu chamo de *novo desenvolvimentismo*. Faço uma distinção entre o novo e o velho desenvolvimentismo, mostrando que o novo implica que já se tenha feito a revolução capitalista, que já exista uma grande classe empresarial, uma vasta classe média, um Estado organizado e que não é mais necessário se fazer uma acumulação primitiva. O Estado não mais precisa fazer a poupança forçada. Também o protecionismo não é mais necessário, porque nossa indústria já não é infante. Temos condições de competir internacionalmente desde que haja uma taxa de câmbio competitiva.

Em termos de estratégia de desenvolvimento, o Estado ainda tem um papel fundamental, principalmente na política macroeconômica e cambial e, secundariamente, na política industrial que continua sendo necessária,

mas que não é mais tão importante. A política macroeconômica deve se basear no equilíbrio fiscal para manter o Estado forte, na taxa de juros moderada para não beneficiar os rentistas e no câmbio competitivo. No meu entender, a questão da taxa de câmbio competitiva é a mais importante. Toda a segunda parte do meu livro *Globalização e Competição* está baseada na ideia de que nos países em desenvolvimento existe uma tendência estrutural à sobreapreciação da taxa de câmbio. Na realidade, existem duas tendências estruturais nos países em desenvolvimento: uma delas é sobreapreciação e a outra é a que diz respeito à produtividade. As duas implicam um problema de demanda. No caso da taxa de câmbio, perde a demanda do resto do mundo porque o câmbio não oferece oportunidade de investimento lucrativo para os empresários exportadores. No caso de os salários crescerem abaixo da taxa de produtividade, perde a demanda interna, a não ser que se resolva fazer como nos Estados Unidos, isto é endividar os trabalhadores ao invés de pagar salários razoáveis, o que é perverso. Uma das causas estruturais do problema da taxa de câmbio é a doença holandesa. Nesse caso, existe uma taxa de câmbio que equilibra *intertemporalmente* a conta corrente. Há uma outra taxa de câmbio que é a taxa de equilíbrio industrial que seria necessária para que o país, utilizando a tecnologia mais moderna possível, fosse competitivo internacionalmente. Num país em que não há a doença holandesa, não há diferença entre duas taxas. Quando essa diferença se manifesta, a doença holandesa está instalada e quanto mais grave ela for, maior será a diferença.

A segunda causa estrutural é o fato de que a taxa de juros tende a ser maior nos países em desenvolvimento. Não tão alta quanto no Brasil, onde chega a ser uma aberração, mas o suficientemente elevada para atrair capitais. Mas essa política leva ao *déficit* em conta-corrente. A tese fundamental da economia ortodoxa é que se cresça com poupança externa (o que causa *déficit* em conta corrente) e que se combata a inflação com âncora cambial ou com elevação da taxa de juros.

REPUC – A Grande Depressão dos anos 30 teve efeitos muito significativos para o Brasil, abrindo espaço para a acumulação industrial. Hoje, o que podemos esperar dessa crise? Haverá espaço para se recolocar, em novos termos, a questão nacional?

BP – Escrevi um artigo sobre a grande oportunidade que esta crise nos dava, de modo semelhante à de 1929, porque ela abria caminho à

desvalorização do câmbio, exatamente como aconteceu naquela ocasião. Tinha que se garantir um pouco mais de desvalorização do Real e, ao mesmo tempo, baixar fortemente a taxa de juros. Era a possibilidade de sair da armadilha de juros altos e de câmbio baixo. Nessas condições, o Brasil poderia crescer fortemente. Mas isso não foi feito de imediato. O Banco Central continuou, ainda por um bom tempo, a aumentar os juros ao invés de diminuí-los. Só depois começou a baixá-los, lentamente. O fato concreto é que a legitimidade da política ortodoxa foi se diluindo e o debate econômico se ampliou muito. Hoje os empresários industriais estão muito mais competentes e capazes de participar do debate no plano macroeconômico. Já está claro que existem alternativas, a *mídia* começou a desconfiar que o caminho único do Banco Central é uma aberração. Eu não perdi as esperanças, mas a crise, num primeiro momento, não foi aproveitada...

REPUC – O país tem uma situação mais favorável para enfrentar esta crise do que teve no passado, por exemplo nos anos 90...

*BP – O Brasil foi pego por essa crise quando tinha grandes reservas, mais de 200 bilhões de dólares. E isso ajudou muito. A partir de 2002, apesar da política macroeconômica continuar lamentável, o Brasil foi agraciado por uma grande sorte, que foi a elevação do preço das *commodities*. Isso permitiu que as exportações brasileiras dobrassem em poucos anos, que houvesse um crescimento econômico interno e, também, um *superávit* em conta corrente. Somou-se a isso a política de Lula de aumento do salário mínimo, que foi fundamental, pois contrabalançou a tendência da taxa de salários de não crescer conforme a produtividade. Tudo isso e mais o Bolsa Família fizeram com que o mercado interno se aquecesse e a economia continuasse crescendo.*

Em suma, fomos atingidos pela crise numa situação muito boa, com grandes reservas. Tínhamos, no entanto, um grande problema: a taxa de câmbio. E a crise resolveu isso para nós, de graça! Além disso, as famílias e as empresas estavam muito menos endividadas do que nos Estados Unidos e o nosso mercado financeiro muito melhor regulado. Os americanos ficam nos dizendo que temos que fazer reformas institucionais ... Só rindo. Chega a ser uma coisa patética, pois nós temos melhores instituições do que eles na área financeira.

REPUC – As políticas anticíclicas como o PAC, os estímulos à construção habitacional, as medidas fiscais de estimulação do consumo, que o governo pôs em andamento, são suficientes para enfrentar essa crise? O Estado brasileiro tem fôlego para manter essas políticas?

*BP – Acho que o governo brasileiro fez uma expansão fiscal razoável e, também, uma expansão monetária via redução do compulsório. Tudo isso foi importante, porque aumentou muito a liquidez. Acho que o governo, no plano fiscal e no plano do compulsório, agiu muito bem. Fracassou, no entanto, no plano da taxa de juros, da política monetária *stricto sensu*, ou seja, na política de juros, na famosa política de metas de inflação. Essa política de metas de inflação, a meu ver, não faz o menor sentido. Sou a favor de uma política de metas de inflação, desde que haja, também, uma meta de emprego e uma meta de câmbio. Em lugar de uma meta, eu quero três metas, equilibradas da melhor forma possível, dispondo assim de vários instrumentos. Essa política teria que ser feita através de um acordo permanente entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central. Mas não é o que nós temos agora. O que temos é um Banco Central que representa o sistema financeiro e não o país...*

REPUC – Nos anos 90, celebrou-se o fim da História, a vitória incontestada do mercado, o capitalismo desregulado e triunfante. As utopias pós-capitalistas saíram de cena. No seu entender, a crise atual e a tensão social decorrente podem escrever novamente utopias no horizonte, sejam elas quais forem?

BP – Nós vivemos os últimos 30 anos, de um lado, sob a égide do neoliberalismo e, de outro, do pós-modernismo, ambos contra as grandes narrativas e as grandes utopias. Isso provocou um empobrecimento imenso em nossa própria vida. É fundamental haver utopias. O problema todo é até que ponto se pode ter uma utopia socialista. Eu espero que um dia o mundo seja socialista. Mas não acredito que isso aconteça na minha vida, nem na dos meus filhos. Talvez quando meus netos estiverem velhos... Minha concepção de Estado e de democracia é uma concepção em que o sistema econômico e social caminham juntos. Se eles caminham juntos, o Estado é a expressão fundamental da sociedade civil ou da nação que busca autonomia, segurança e desenvolvimento econômico. Quando a nação se organiza em torno de liberdade, justiça social e proteção do ambiente, ela se organiza enquanto sociedade civil. Se o Estado é a expressão dessa sociedade civil e dessa nação, é preciso que essa sociedade civil, politicamente organizada, se democratize e

também se socialize. Que haja democratização e socialização. Não se pode ter um Estado social quando a sociedade é totalmente desigual. Se há uma sociedade civil com uma elite que tem todo o conhecimento, todo o dinheiro e toda a organização e um povo totalmente desorganizado, analfabeto, não há socialismo possível. Se isso for consertado com educação, melhoram as condições de vida de todo mundo, aumenta a igualdade na sociedade civil, surgem as condições de se fazer um Estado mais igualitário e se chegar ao socialismo. Esse processo é demorado. Pode-se avançar um pouco, mas não muito. Há movimentos estratégicos que às vezes acontecem no nível da sociedade, outras vezes acontecem no do Estado. A relação entre o Estado e a sociedade é explicitamente dialética, porque a sociedade cria o Estado e o Estado expressa a sociedade. A sociedade cria o Estado para que o Estado regule a sociedade. Mas essa dinâmica é complicada, é um longo e complexo processo de muitas lutas. Eu acredito no progresso. Isso é fundamental. Acho que tendemos não para o pior, mas para o melhor...